



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Instituto Estadual de Florestas

URFBio Sul - Área de Proteção Ambiental - Fernão Dias

Parecer nº 1/IEF/APA FERNÃO DIAS/2023

PROCESSO Nº 2100.01.0015059/2022-40

PARECER ÚNICO

1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nome: Marcus Zichar de Moares	CPF/CNPJ: 135.471.598-57
Endereço: Rua Thomaz Antonio Gonzaga, nº22	Bairro: Centro
Município: Camanducaia	UF: MG
Telefone: (35) 98846-2059	E-mail: diego_guimaraes2012@hotmail.com

O responsável pela intervenção é o proprietário do imóvel?

 Sim, ir para o item 3 Não, ir para o item 2

2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL

Nome:	CPF/CNPJ:
Endereço:	Bairro:
Município:	UF:
Telefone:	E-mail:

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Rua Gemini, lote 26-A, Q-D, Loteamento Jardim das Montanhas, Distrito de Monte Verde, Camanducaia/MG.	Área Total (ha): 0,5261
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 17.433	Município/UF: Camanducaia/MG

Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): não se aplica.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sigras 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, para uso alternativo do solo	0,3682	hectares	23k	395.043	7.470.459

5. INTERVENÇÃO AMBIENTAL PASSÍVEL DE APROVAÇÃO

Tipo de Intervenção	Quantidade	Unidade	Fuso	Coordenadas planas (usar UTM, data WGS84 ou Sigras 2000)	
				X	Y
Supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo	0,3682	hectares	23k	395.043	7.470.459

6. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado a área	Especificação	Área (ha)
Construção civil	Residência e chalés.	0,3682

7. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA (S) ÁREA (S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional (quando couber)	Área (ha)
Mata Atlântica	Floresta Ombrófila Mista	Médio	0,3682

8. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade
Lenha	Floresta Nativa	19,04	m³
Madeira	Floresta Nativa	146,17	m³

1. HISTÓRICO

Data de formalização/aceite do processo: 01 de abril de 2022.

Data da vistoria: 07 de abril de 2022.

Data de solicitação de informações complementares: 21 de setembro de 2022.

Data do recebimento de informações complementares: 29 de setembro de 2022.

Data de solicitação de informações adicionais: 10 de outubro de 2022.

Data do recebimento das informações adicionais: 03/01/2023, 24/01/2023.

Data de emissão do parecer técnico: 15/02/2023

Trata-se de processo para obtenção de Documento Autorizativo de Intervenção Ambiental - D.A.I.A. (corretivo), para supressão de cobertura vegetal nativa, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo, em 0,3682 ha para construção de residência e chalés, onde foi observado em campo que houve um raleamento no sub-bosque sem a autorização do órgão ambiental. Diante do fato foi lavrado o Auto de Fiscalização nº 174623/2022 e o Auto de Infração nº 202100/2022.

2. OBJETIVO

O objetivo desse parecer é analisar o requerimento de intervenção ambiental, visando a supressão de cobertura vegetal nativa do bioma Mata Atlântica, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo, em área de 0,3682 ha (3.682 m²), localizado na Rua Gemini, lote 26-A, Quadra D, Loteamento Jardim das Montanhas, Distrito de Monte Verde, Camanducaia/MG.

3. CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL/EMPREENDIMENTO

3.1 Imóvel rural:

O imóvel em questão se trata de um lote urbano localizado na Rua Gemini, lote 26-A, Quadra D, Loteamento Jardim das Montanhas aprovado em data anterior a promulgação da Lei Nº 11.428/2006, que está situado no distrito de Monte Verde, município de Camanducaia, e possui a Matrícula nº 17.433 - Comarca de Camanducaia.

O lote apresenta área total de 0,5261 hectares e foi solicitada a supressão de 0,3682 hectares de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.

Ressalta-se que o município de Camanducaia apresenta 35,49% de cobertura de vegetação nativa.

3.2 Cadastro Ambiental Rural: não se aplica pois o imóvel está localizado em área urbana.

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL REQUERIDA

O objetivo desse parecer é analisar o requerimento de intervenção ambiental, visando a supressão de cobertura vegetal nativa do bioma Mata Atlântica, com ou sem destoca, para uso alternativo do solo, localizado em lote urbano (Rua Gemini, lote 26-A, Quadra D) do Loteamento Jardim das Montanhas, localizado no Distrito de Monte Verde, município de Camanducaia.

Segundo informações prestadas pelo requerente e constatado mediante vistoria o lote possui área total de 0,5261 ha sendo totalmente coberto por vegetação nativa, e a área solicitada para supressão é de 0,3682 ha para construção de residência, chalés, estacionamento e acesso de acordo com o projeto apresentado.

O Inventário Florestal e o Projeto de Intervenção Ambiental apresentados pelo engenheiro florestal João Paulo Andrade Azevedo, CREA-MG: 2008121510/D, define a vegetação do local como pertencente ao bioma Mata Atlântica, com a fitofisionomia de Floresta Ombrófila Mista. Foi observado que a vegetação é secundária em estágio médio de regeneração, e segundo informado nos estudos apresentados existem de 45 indivíduos de *Araucaria angustifolia* no interior da área de supressão, e 06 indivíduos da mesma espécie fora da área de supressão. A araucária é classificada como em perigo de extinção segundo a Portaria MMA Nº443, de 17 de dezembro de 2014. Ressaltamos que foi informado no ofício encaminhado pelo responsável técnico e anexado a esse processo, que nenhum exemplar de araucária será suprimido, e mesmo os que estão localizados no interior da área de supressão serão preservados para manter a beleza cênica proporcionada por elas.

O rendimento lenhoso, segundo informações do requerimento para intervenção ambiental que faz parte desse processo (produto ou subproduto florestal) é de 79,08 m³ de lenha de floresta plantada, 19,04 m³ de lenha de floresta nativa, 148,83 m³ de madeira de floresta plantada e 146,17 m³ de madeira de floresta nativa e seu uso será no próprio local.

Conforme levantamento e verificado em campo na área objeto existem espécies arbóreas exóticas, sendo que para o produto oriundo do corte destas a taxa florestal foi devidamente recolhida.

Taxa de Expediente:

- valor recolhido de R\$493,00, no dia 14/10/2021.
- valor recolhido de R\$103,29, no dia 30/03/2022. (taxa de expediente complementar)

Taxa Florestal:

- valor recolhido de R\$4.336,66 para 117,6 m³ de madeira de floresta nativa, no dia 14/10/2021.
- valor recolhido de R\$908,57 para 117,6m³ de madeira de floresta nativa, no dia 30/03/2022. (taxa florestal complementar)

Taxa Florestal:

- valor recolhido de R\$127,16 para 19,04 m³ de lenha de floresta nativa, no dia 25/11/2022.
- valor recolhido de R\$1.274,29 para 28,57 m³ de madeira de floresta nativa, no dia 25/11/2022.

Obs. Taxa recolhida após a correção da identificação do pinheiro-bravo (*Podocarpus lambertii*) como espécie nativa.

Número do recibo do projeto cadastrado no Sinaflor: 23118487.

4.1 Das eventuais restrições ambientais:

- Vulnerabilidade natural: baixa.
- Prioridade para conservação da flora: muito alta.
- Prioridade para conservação conforme o mapa de áreas prioritárias da Biodiversitas: especial.
- Unidade de conservação: Área de Proteção Ambiental Estadual Fernão Dias.
- Áreas indígenas ou quilombolas: não ocorrem.
- Outras restrições:

Tratando-se do Art. 11 da Lei 11.428/2006, conforme as informações apresentadas no Inventário Florestal e no Projeto de Intervenção Ambiental, o lote abriga espécies da flora ameaçadas de extinção (Portaria MMA 443/2014, Portaria MMA 148/2022), sendo eles 51 indivíduos de araucária (*Araucaria angustifolia*), no entanto todos serão preservados.

4.2 Características socioeconômicas e licenciamento do imóvel:

- Atividades desenvolvidas: Construção civil em lote urbano.
- Classe do empreendimento: não se aplica.
- Critério locacional: não se aplica.
- Modalidade de licenciamento: não passível de licenciamento.

4.3 Vistoria realizada:

A vistoria foi realizada no dia 07 de abril de 2022, e foi acompanhada pelo monitor ambiental da APA Fernão Dias.

Foi observado que o lote se encontra no Distrito de Monte Verde e apresenta-se recoberto por vegetação nativa do bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração, com a presença de muitos exemplares de *Podocarpus lamberti*, conhecido na região de Monte Verde como pinho-bravo e indivíduos de *Araucaria angustifolia*, espécies que são características da Floresta Ombrófila Mista. Foram observados no interior do lote indivíduos de espécies exóticas (*Pinus elliotti* e *Cupressus lusitanica*). Nas proximidades do lote existem residências e pousada, comprovando que se trata de área urbanizada, e sem ligação com grandes remanescentes de vegetação nativa.

Durante a vistoria foi constatado que o local sofreu intervenções sem o Documento Autorizativo para Intervenção Ambiental - DAIA por meio de raleamento do sub-bosque. Diante do fato foi lavrado o Auto de Fiscalização nº 174623/2022 e o Auto de Infração nº 202100/2022 (cópias apenas ao processo).

Foi realizada vistoria no dia 21 de julho de 2022, também acompanhada pelo monitor ambiental da APA Fernão Dias, no local proposto para ser feita a compensação ambiental florestal por meio de destinação de área para conservação mediante instituição de servidão ambiental em área de 0,7365 ha, recoberta por vegetação nativa do bioma Mata Atlântica, coordenadas UTM 387.940 / 7.480.340. A área em questão fica em uma propriedade adquirida pelo mesmo proprietário do lote, Sr. Marcus Zichar de Moraes, em conjunto com outros proprietários com a finalidade de compensar a supressão no lote localizado no Distrito de Monte Verde, município de Camanducaia. A propriedade está localizada no bairro do Pinho, na zona rural de Camanducaia, matrícula nº17.732 da Comarca de Camanducaia. Foi apresentado o CAR da propriedade que apresenta uma área total de 2 ha e onde o Sr. Marcus Zichar de Moraes possui uma fração ideal de 7.365m², sendo constatado que a área destinada para a servidão florestal não se encontra em área de reserva legal e de preservação permanente, o que foi confirmado em vistoria.

Durante a vistoria foi observado que a propriedade no bairro do Pinho é coberta por vegetação nativa em toda a sua extensão, e que a mesma se encontra preservada, no entanto o remanescente no qual a propriedade está inserida é utilizado pelo gado de propriedade vizinha, o que a longo prazo poderá promover a degradação do mesmo. Foi inserido como condicionante desse processo que seja evitado o acesso do gado à propriedade.

4.3.1 Características físicas:

- Topografia: ondulado.
- Solo: argissolo vermelho-amarelo distrófico, segundo o mapa de solos do Estado de Minas Gerais, FEAM 2010.

- Hidrografia: não foi observada área de preservação permanente no interior do lote, sendo que o mesmo está inserido na micro bacia hidrográfica de cursos d'água sem denominação, os quais são afluentes do Córrego do Cadete, que por sua vez é contribuinte do Rio Jaguari. A região está localizada na Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (UPGRH PJ1), que é a parte mineira da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, que está localizada nos estados de Minas Gerais e São Paulo.

4.3.2 Características biológicas:

- Vegetação: O lote está localizado no Bioma Mata Atlântica, e de acordo com o Inventário Florestal apresentado a fitofisionomia é de Floresta Ombrófila Mista, sendo uma floresta secundária em estágio médio de regeneração segundo o responsável técnico pelo processo. A vegetação do lote não está conectada a um remanescente maior de vegetação nativa, estando ilhada entre a rua e construções do entorno.

Em vistoria foi observado que devido a intervenções feitas no lote por meio de limpeza do sub-bosque, relatadas anteriormente, é possível observar que a vegetação apresenta-se alterada. Foi avaliado que essa intervenção não foi suficiente para alterar o estágio de regeneração da floresta, classificado como médio.

No interior do lote foram observados diversos indivíduos de *Araucaria Angustifolia*, espécie ameaçada de extinção. Ressalto que o proprietário e o responsável técnico se comprometeram a preservar todos os indivíduos de araucária presentes no lote, mesmo aqueles que estão localizados no interior da área a ser suprimida, sendo que essa informação consta em diversos documentos dentro do processo, e as araucárias serão demarcadas para que não sejam cortadas e serão integradas ao projeto arquitetônico do local.

- Fauna: Durante a vistoria não foram observadas espécies da fauna ameaçadas de extinção.

O Relatório de Fauna elaborado pelo responsável técnico, o biólogo Pablo José Rezende Moura, CRBio 128661/04-P, ART Nº 20221000116266, e pela colaboradora técnica, a bióloga Raissane Furtado de Mendonça CRBio 128550/04-P, foi feito baseado em dados secundários e como complementação foram realizadas incursões diurnas e noturnas na área de estudo em dois dias diferentes, adotando-se a coleta de dados através de avistamentos e armadilhamento fotográfico. Durante a etapa de campo não foram registradas espécies da fauna ameaçadas de extinção, assim como não foi constatada a presença de ninhos ou tocas no perímetro do empreendimento, possivelmente devido ao impacto da pressão antrópica.

Os dados secundários do relatório utilizaram como fonte três estudos elaborados na região: o Plano de Gestão da APA Fernão Dias, o Plano de Manejo Florestal da Companhia Melhoramentos, localizada no entorno da área urbana do distrito de Monte Verde, e também um estudo da avifauna realizado em um fragmento de floresta com araucária localizado na zona urbana do distrito.

Conforme as informações apresentadas no Relatório de Fauna anexo ao processo, a região abriga espécies da fauna ameaçadas de extinção: **uru Odontophorus capueira** (DN 147 COPAM 2010), **gavião-pega-macaco Spizaetus tyrannus** (DN 147 COPAM 2010), **apim-das-costas-pretas Touit melanotus** (Portaria MMA 444/2014, Portaria MMA 148/2022), **cuiú-cuiú Pionopsitta pileata** (DN 147 COPAM 2010), **papagaio-de-peito-roxo Amazona vinacea** (DN 147 COPAM 2010, Portaria MMA 444/2014, Portaria MMA 148/2022, IUCN), **sabiá-cica Tricleria malachitacea** (DN 147 COPAM 2010), **choquinha-da-serra Drymophila genei** (DN 147 COPAM 2010), **caneleirinho-de-chapéu-preto Piprites pileata** (DN 147 COPAM 2010), **pixoxó Sporophila frontalis** (DN 147 COPAM 2010, Portaria MMA 444/2014, Portaria MMA 148/2022, IUCN), **tovacuçu Grallaria varia** (DN 147 COPAM 2010), **tesourinha-da-mata Phibalura flavirostris** (DN 147 COPAM 2010), **bugio Alouatta guariba clamitans** (DN 147 COPAM 2010, Portaria MMA 444/2014, Portaria MMA 148/2022, IUCN), **sagui-da-serra-escuro Callithrix aurita** (DN 147 COPAM 2010, Portaria MMA 444/2014, Portaria MMA 148/2022, IUCN), **muriqui-do-sul Brachyteles arachnooides** (Portaria MMA 444/2014, Portaria MMA 148/2022, IUCN), **cateto Pecari tajacu** (DN 147 COPAM 2010), **onça-parda Puma concolor** (DN 147 COPAM 2010, Portaria MMA 444/2014), **gato-do-mato Leopardus tigrinus** (DN 147 COPAM 2010, Portaria MMA 148/2022, IUCN), **jaguatirica Leopardus pardalis** (DN 147 COPAM 2010).

Apesar do lote estar recoberto por Mata Atlântica sendo classificada como vegetação secundária em estágio médio de regeneração, o mesmo está localizado em perímetro urbano, desconectado de grandes fragmentos de vegetação nativa e próximo a áreas antropizadas, sendo verificada infraestrutura de saneamento, energia elétrica, e casas nos arredores. Considerando que a intervenção solicitada é de pequena extensão, que 30% da vegetação do lote será preservada, e que o lote está localizado a cerca de 500 metros da RPPN Parque Levantina que servirá de refúgio para a fauna, as medidas mitigadoras e compensatórias propostas foram consideradas suficientes para assegurar que a intervenção solicitada não colocará em risco a sobrevivência das espécies da flora e da fauna ameaçadas de extinção.

4.4 Alternativa técnica e locacional:

Foi apresentado pelo requerente justificativa quanto a inexistência de alternativa técnica e locacional para o empreendimento, visto que o lote é todo recoberto por vegetação nativa e descrevendo que o objetivo é utilização de parte do imóvel, lote urbano, para construção de edificação que se tratam de chalés, acesso e estacionamento, tendo em vista que a legislação em vigor permite.

Diante do exposto e vistoria *in loco*, o local escolhido pelo requerente proporciona menor impacto considerando o remanescente de vegetação e disposição do lote, visto que a área da futura supressão está ao lado da rua e de um lote que já apresenta construção.

5. ANÁLISE TÉCNICA

O lote está localizado no interior da Área de Proteção Ambiental Fernão Dias (APAFD), que é uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável, criada pelo Decreto nº 38.925 de julho de 1997, e o instrumento a ser utilizado como referencial para o gerenciamento da APA é o seu Plano de Gestão.

O Plano de Gestão da APA Fernão Dias é composto pelo diagnóstico socioambiental, zoneamento e o planejamento de programas e ações. O zoneamento ambiental divide o território da APA Fernão Dias em parcelas ou zonas, indicando qual o tipo de uso e ocupação recomendado para cada zona.

O lote analisado está localizado dentro da Zona de Expansão Urbana. Essa zona tem como objetivo: disciplinar o parcelamento do solo das áreas de expansão urbana, de forma compatível com os objetivos da APA; incentivar que todos os municípios possuam plano diretor para gestão ambiental urbana associada a sustentabilidade pretendida pela APA; e vincular a aprovação de novos loteamentos urbanos à implantação de infraestrutura de saneamento.

Analizando o Plano de Gestão da APA Fernão Dias não foi encontrada proibição para a emissão da autorização para intervenção ambiental no lote.

Em análise técnica à requisição de autorização para intervenção ambiental com supressão de vegetação nativa com destaca, na área de 0,3682 hectares, junto aos autos do processo nº. 2100.01.0015059/2022-40, foram verificadas as áreas de preservação (remanescente obrigatório 30%), considerando definição como estágio médio de regeneração, compensação (2:1) e de intervenção ambiental, levantamento planaltimétrico georreferenciado, Inventário Florestal, Projeto de Intervenção Ambiental, Laudo de Compensação, Inventário de Similaridade, usando como suporte as plataformas IDE -SISEMA, Google Earth Pro e QGIS, além da vistoria in loco.

Ressalta-se que o lote apresenta vários exemplares de *Araucaria angustifolia*, espécie ameaçada de extinção, e que o responsável técnico relata em diversos documentos inseridos no processo (inventário florestal e ofício) que todos os indivíduos, inclusive aqueles localizados no interior da área de supressão, serão preservados.

Foi relatado no inventário florestal e no projeto de intervenção ambiental a presença de espécies exóticas no lote (*Pinus elliottii* e *Cupressus lusitanica*), dispersos na vegetação nativa, o que foi constatado em vistoria.

No decorrer do processo foram solicitadas informações complementares e adicionais a fim de esclarecer melhor as condições do lote e o impacto que a supressão causaria. Entre as informações solicitadas está o levantamento florístico das espécies não-arbóreas, que trouxe informações sobre as plantas epífitas, trepadeiras, e herbáceas, sobre a regeneração natural e serrapilheira. O levantamento não apontou nenhuma espécie ameaçada de extinção.

Também foram solicitadas informações complementares sobre a fauna e foi apresentado o relatório de fauna com estudos secundários relatando que no perímetro urbano do distrito de Monte Verde e seu entorno há a presença de fauna silvestre, inclusive espécies ameaçadas de extinção (citadas nos itens 4.1 e 4.3.2 desse parecer). O relatório coloca também que as características presentes no lote e seu entorno constituem empecilho para a fauna silvestre, pois se trata de área urbanizada com a presença de ruas, construções, muros e telas, e além disso no interior do lote observa-se a presença de *Pinus elliottii*, que libera substância alelopática quando suas folhas se decomponem, prejudicando a formação da serrapilheira, a regeneração das espécies nativas, e a sobrevivência de animais silvestres que vivem no solo como a anurofauna. Todos esses fatores prejudicam o fluxo da fauna silvestre, reduzindo o número de espécies que conseguem utilizar essa área como habitat.

Para minimizar os impactos sobre a flora e a fauna o responsável técnico justifica que 30% da vegetação do lote será preservada e também todos os indivíduos de *Araucaria angustifolia*, inclusive aqueles que estão localizados no interior da área de supressão. Além dessa justificativa foi colocado que a área de compensação, localizada fora do lote, também está no interior da APA Fernão Dias e próxima da área de propriedade da Companhia Melhoramentos, evidenciando que a fauna do local é semelhante àquela encontrada nas proximidades do lote.

Em análise aos documentos encaminhados em resposta às informações complementares e adicionais solicitadas, nota-se diversas informações técnicas que demonstram a viabilidade ambiental para o deferimento da intervenção pretendida, como caracterização do local, proposta de compensação por meio de servidão ambiental em área localizada na mesma bacia hidrográfica e mesmo município com área maior que o dobro da área de vegetação a ser suprimida, impactos ambientais e proposta de medidas mitigadoras, as quais estão em consonância à legislação ambiental vigente:

- Lei n.º 11.428, de 22/12/2006, que trata da utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica;
- Lei n.º 12.651, de 25/05/2012, que institui o Novo Código Florestal Nacional;
- Lei Florestal Estadual n.º 20.922 de 16/10/2013, que dispõe sobre as políticas florestais e de proteção à biodiversidade no Estado de Minas Gerais;
- Decreto nº. 47.749 de 11/11/2019, que dispõe sobre os processos de autorização para intervenção ambiental e sobre a produção florestal no âmbito do Estado de Minas Gerais e dá outras providências;

Não foi apresentado pelo empreendedor documento de registro de uso insignificante de recurso hídrico (outorga), localizado na propriedade situada Rua Gemini, lote 26-A, Quadra D, Loteamento Jardim das Montanhas, distrito de Monte Verde, município de Camanducaia/MG, emitido pelo IGAM, pois a água será fornecida pela Concessionária COPASA, em zona urbana já regularizada.

Analizando a tipologia de vegetação e acerca das vedações do artigo Art. 11 da Lei 11428/2006 no que tange ao estágio médio requerido conclui-se:

- a) abrigar espécies da flora e da fauna silvestres ameaçadas de extinção, em território nacional ou em âmbito estadual, assim declaradas pela União ou pelos Estados, e a intervenção puserem em risco a sobrevivência dessas espécies;
- 51 indivíduos de *Araucaria angustifolia*, espécie da flora ameaçada de extinção (Em perigo), foram observados no interior do lote, e de acordo com o inventário florestal e ofício encaminhado pelo responsável técnico, documentos anexos ao processo, os mesmos serão preservados.

-No que tange a fauna, o lote por ser um local antropizado, por estar separado por ruas e construções dos grandes remanescentes de mata que estão no entorno do distrito de Monte Verde, e pelo tamanho da intervenção ser de 0,3682 ha, conclui-se que a supressão não colocará em risco a sobrevivência das espécies descritas no relatório de fauna apresentado.

- b) exercer a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;

- Conforme já disposto não há áreas de preservação ou nascentes no local.

- c) formar corredores entre remanescentes de vegetação primária ou secundária em estágio avançado de regeneração;

Não há fragmentos ou corredores interligados de estágio avançado que sejam afetados pela supressão.

d) proteger o entorno das unidades de conservação;

- Não está na zona de amortecimento de unidades de conservação de proteção integral. Encontra-se no interior da APA Fernão Dias, de uso sustentável, em local onde construções são permitidas conforme item específico avaliado.

No mês de janeiro foi criada a RPPN Parque Levantina (Portaria IEF Nº07, de 19 de janeiro de 2023) , de propriedade da Companhia Melhoramentos que está a cerca de 500 metros de distância do lote. Entretanto, apesar da proximidade, entre a área da RPPN e o lote em questão existe uma rua e outros lotes e construções conforme figura abaixo.

e) possuir excepcional valor paisagístico, reconhecido pelos órgãos executivos competentes do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

- Não se aplica.

f) proprietário ou posseiro não cumprir os dispositivos da legislação ambiental, em especial as exigências da Área de Preservação Permanente e à Reserva Legal.

- Trata-se de zona urbana. Não há área de preservação permanente.



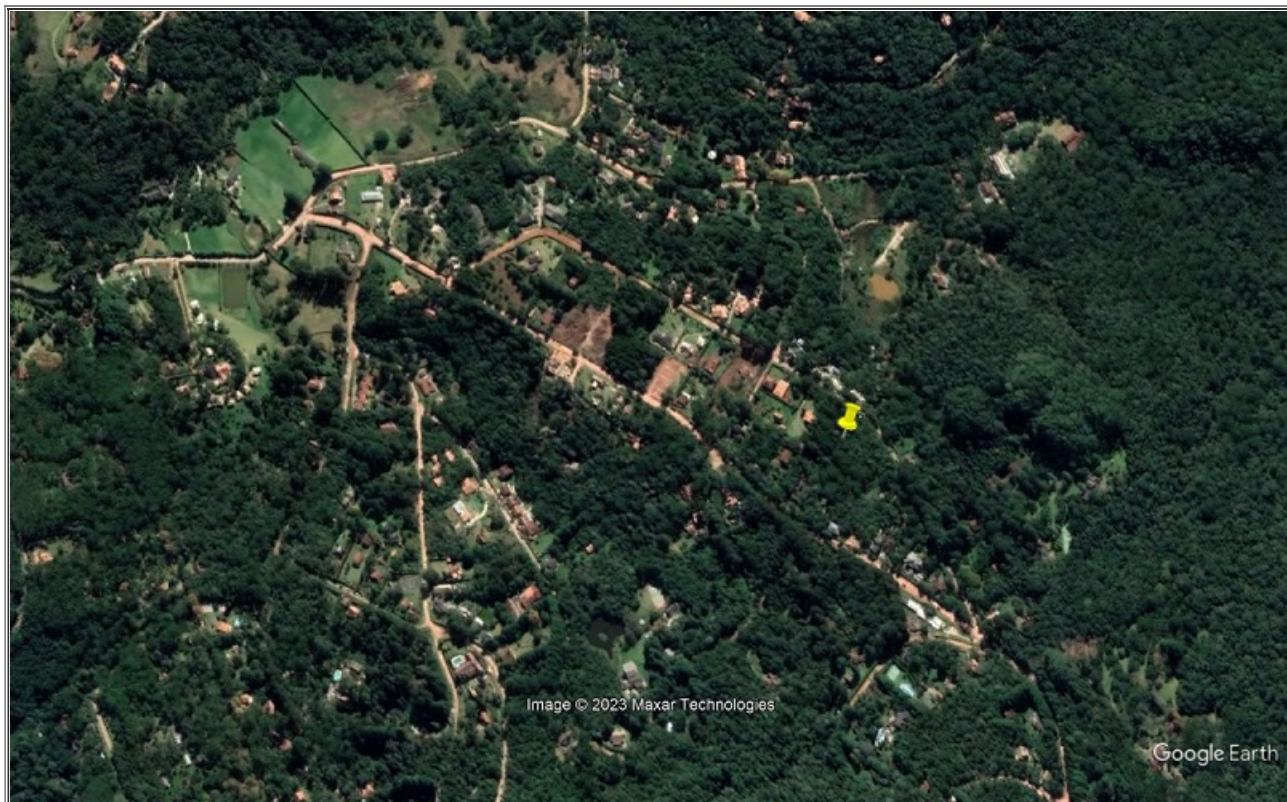
Vista do lote.



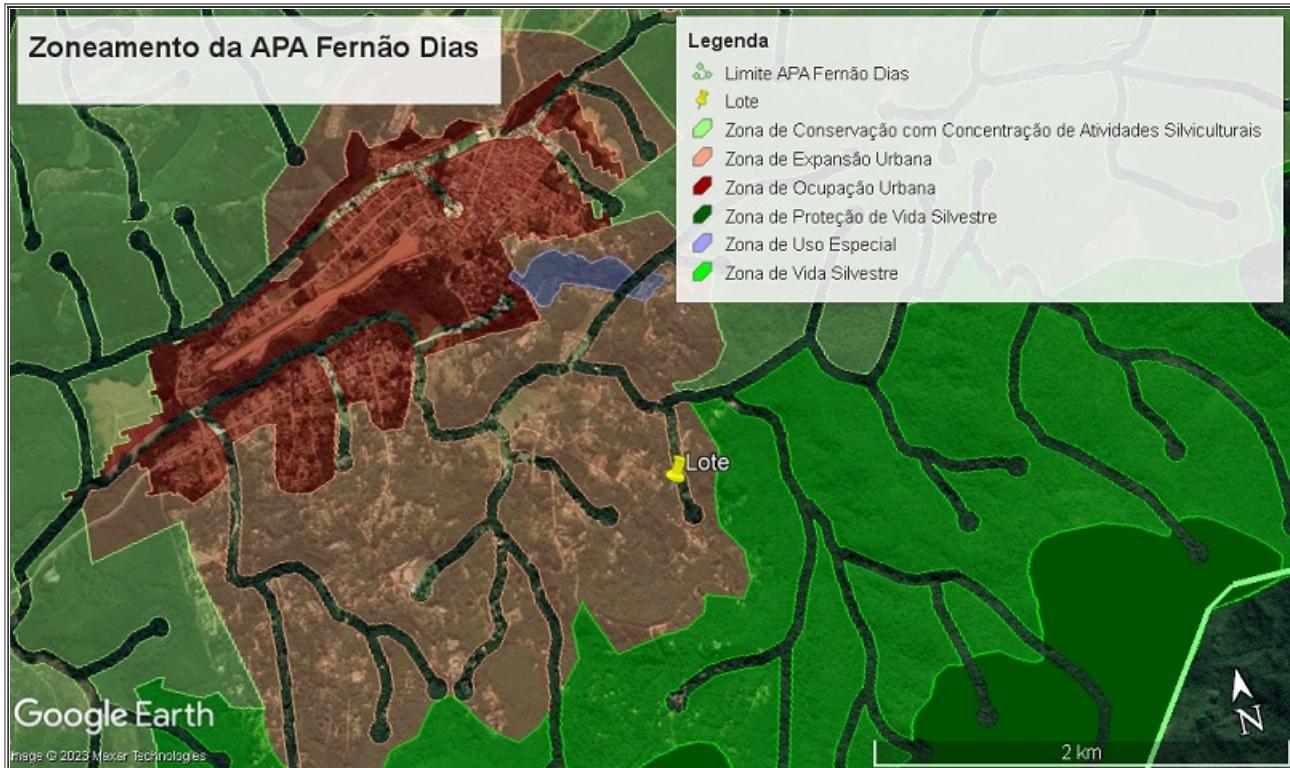
Vista do interior do lote.



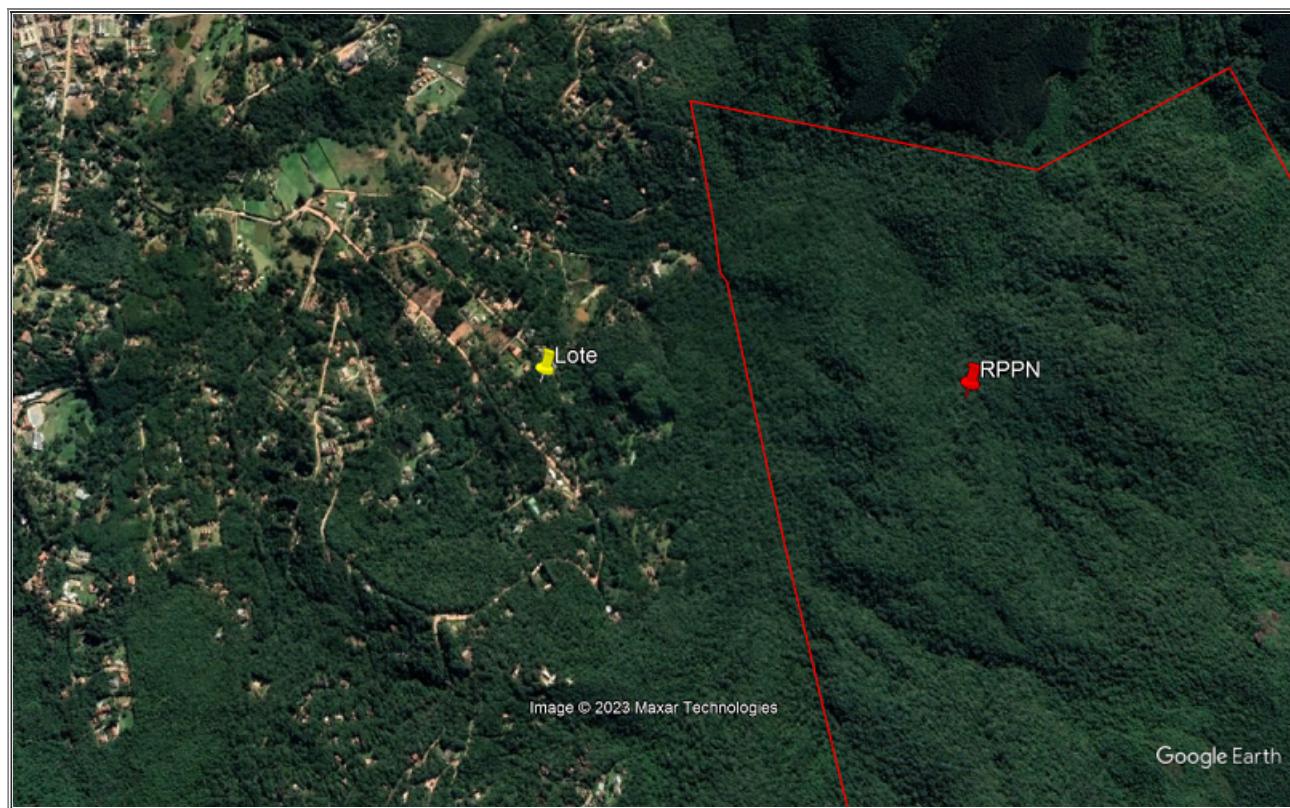
Vista do entorno do lote.



Vista da localização do lote no google earth.



Lote localizado na Zona de Expansão Urbana segundo o Zoneamento Ambiental da APA Fernão Dias.



5.1 Possíveis impactos ambientais e medidas mitigadoras:

A supressão da vegetação nativa, Mata Atlântica, no lote em questão resultaria de maneira imediata na redução em tamanho do remanescente florestal local, na alteração e redução dos habitats da fauna local, na exposição do solo à ação deletéria de processos erosivos, e no aumento de emissão de ruídos, poeira e gases durante a obra.

Como medidas mitigadoras recomenda-se:

- realizar as obras em época de estiagem, a fim de reduzir o risco de carreamento de partículas sólidas para os cursos d'água causando assoreamento;
- não fazer o uso do fogo;

- preservar as áreas remanescentes (não realizar a limpeza do sub-bosque e não gramar);
- somente realizar o corte dos indivíduos arbóreos após inspeção detalhada, e caso seja encontrado algum tipo de abrigo ou ninho de fauna, realizar o corte da árvore apenas no período de descanso reprodutivo da espécie de fauna;
- realizar a colheita de sementes das árvores, que se encontram em época de frutificação, a serem suprimidas e encaminhar para viveiros de mudas de espécies nativas (poderá ser entregue na Sede da APA Fernão Dias);
- retirar dos indivíduos arbóreos, antes da supressão, plantas epífitas, transportando-as para as outras árvores que não serão cortadas dentro do lote;
- adotar técnicas de afugentamento para fuga espontânea da fauna através de supressão de vegetação nativa de forma sequencial iniciando com a limpeza/remoção de sub-bosque, com instrumentos como foice e facão, seguida de retirada com motosserra (cortes de troncos, empilhamento, remoção da galhada) e somente depois, quando necessário, a intervenção ambiental poderá ser efetuada com uso de maquinário removendo galhadas restantes e folhagens, assim como destoca e revolvimento de terra para limpeza, sendo que animais da fauna visualizados devem ser direcionados à área de escape (área de vegetação nativa com conectividade próxima a intervenção);
- medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo, tais como: cordões de contorno, terraceamento, plantio de grama, de forma a minimizar o assoreamento dos recursos hídricos;
- destinação adequada dos rejeitos produzidos na área, evitando que os mesmos venham a permanecer dispersos pelo empreendimento;
- reabilitação total da área do empreendimento após término das atividades e recomposição paisagística.

6. CONTROLE PROCESSUAL

024/2023

6.1 Relatório

Foi requerida por **Marcus Zichar de Moares**, a supressão de vegetação nativa com destoca pertencente ao Bioma Mata Atlântica em estágio médio de regeneração, com a finalidade de construção residencial em um lote urbano denominado “lote 26-A, Q-D”, dentro de um loteamento denominado “*Loteamento Jardim das Montanhas*” localizado no Distrito de Monte Verde, à Rua Gemini, no Município e Comarca de Camanducaia/MG, onde está matriculado no CRI sob a Certidão nº 17.433.

Verificados os recolhimentos da Taxa de Expediente e da Taxa Florestal (Parecer, item 4). Contudo, ainda não foi recolhida a Reposição Florestal.

A atividade é dispensa de Licenciamento Ambiental (Parecer Técnico, item 4.2).

Coordenadas da Intervenção Ambiental: 395.043 / 7.470.459.

Coordenadas da área de 30%: UTM 7.470.346,82 / 395.034,02.

Coordenadas da Compensação Florestal: 387.940 / 7.480.340.

As coordenadas obedecem ao sistema: UTM, Datum: SIRGAS 2000/Fuso: 23 K.

É o relatório.

6.2 Análise

6.2.1 Da Supressão de Vegetação Nativa em Estágio Médio de Regeneração

Sob o aspecto legal, as intervenções ambientais visam a implantação de loteamento residencial, que conforme declarado pelo Secretário de Obras do município (Doc. 53906081) e informado pelo gestor do processo, o loteamento foi aprovado na década de 1990 (Parecer Técnico, item 3), portanto se encontra em perímetro urbano aprovado anteriormente à data de 26/12/2006, onde a Lei nº 11.428/06, em seu art. 31, disciplina a matéria da seguinte forma:

Art. 31. Nas regiões metropolitanas e áreas urbanas, assim consideradas em lei, o parcelamento do solo para fins de loteamento ou qualquer edificação em área de vegetação secundária, em estágio médio de regeneração, do Bioma Mata Atlântica, devem obedecer ao disposto no Plano Diretor do Município e demais normas aplicáveis, e dependerão de prévia autorização do órgão estadual competente, ressalvado o disposto nos arts. 11, 12 e 17 desta Lei.

*§1º Nos perímetros urbanos **aprovados até a data de início de vigência desta Lei**, a supressão de vegetação secundária em estágio médio de regeneração somente será admitida, para fins de loteamento ou edificação, no caso de empreendimentos que garantam a preservação de vegetação nativa em estágio médio de regeneração em no mínimo 30% (trinta por cento) da área total coberta por esta vegetação. (grifo nosso).*

(...)

Dessa forma, verifica-se que se trata de parcelamento do solo aprovado antes da vigência da Lei nº 11.428/06, condicionando, portanto, o empreendedor à manutenção da vegetação no empreendimento em no mínimo 30% da área total coberta pela vegetação local.

Nesta senda, o **Parecer Técnico, itens 5 e 8**, informa que o projeto apresentado pelo requerente abarcou e atendeu ao citado comando legal.

Frise-se que o artigo 31, da Lei nº 11.428/06, está contido em um capítulo próprio, o Capítulo VI, cujo objetivo é estabelecer regras próprias para os casos de supressão de vegetação nativa pertencente ao Bioma Mata Atlântica visando o uso alternativo do solo para

fins de loteamento e edificação. Percebe-se que não há nesses dispositivos, de forma direta, a exigência de inexistência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, somada à ressalva prevista no art. 14 do mesmo diploma legal, a saber:

Art. 14. A supressão de vegetação primária e secundária no estágio avançado de regeneração somente poderá ser autorizada em caso de utilidade pública, sendo que a vegetação secundária em estágio médio de regeneração poderá ser suprimida nos casos de utilidade pública e interesse social, em todos os casos devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto, ressalvado o disposto no inciso I do art. 30 e nos §§ 1º e 2º do art. 31 desta Lei - (grifamos).

Lado outro, fosse o caso de supressão de vegetação em área não urbanizada visando a implantação de novo empreendimento de parcelamento do solo, à exceção de vegetação em estágio avançado, faria sentido a aplicação do instituto da inexistência de alternativa técnica e locacional, contudo o loteamento em tela já é preeexistente ao pedido de intervenção e está localizado em perímetro urbano aprovado anteriormente à vigência da Lei 11.428/06, e se já se encontra equipado com os melhoramentos urbanísticos previstos no art. 32, §1º, da Lei nº 5.172/1966 (Código Tribunal Nacional), que, ao tratar do IPTU, estabelece seja observado o seguinte para as áreas urbanas assim definidas:

Art. 32. (...)

§ 1º Para os efeitos deste imposto, entende-se como zona urbana a definida em lei municipal; observado o requisito mínimo da existência de melhoramentos indicados em pelo menos 2 (dois) dos incisos seguintes, construídos ou mantidos pelo Poder Público:

I – meio-fio ou calçamento, com canalização de águas pluviais;

II – abastecimento de água;

III – sistema de esgotos sanitários;

IV – rede de iluminação pública, com ou sem posteamento para distribuição domiciliar;

V – escola primária ou posto de saúde a uma distância máxima de 3 (três) quilômetros do imóvel considerado.

Nada obstante, apesar de o gestor do processo ter verificado os melhoramentos urbanísticos (Parecer Técnico, item 4.1), onde citou a existência infraestrutura de saneamento, energia elétrica, pavimentação, casas nos arredores e áreas antropizadas, próximas ao lote 26-A, Q-D, em zona urbana já regularizada, ainda assim, em vistoria no local, constatou, no lote, a inexistência de alternativa técnica e locacional para Intervenção Ambiental (Parecer Técnico, no itens 4.4 e 5), uma vez que se trata de lote urbano já consolidado e aprovado pelo ente federativo municipal, com equipamentos urbanísticos, destinado à construção de moradia, configurando rigidez locacional.

6.2.2 Do Aproveitamento do Material Lenhoso

Quanto ao aproveitamento material lenhoso oriundo do produto florestal suprimido, o requerente informou no Requerimento Padrão, campo 10/10.1 (Doc. 44367243), confirmado pela gestora do processo (Parecer, item 4), que o material lenhoso proveniente das intervenções com supressão de vegetação nativa terá seu aproveitamento, ou uso, interno no local da intervenção (lote), opção prevista no art. 21, §1º, I, do Decreto Estadual nº 47.749/19, a saber:

Art. 21. Será dado aproveitamento socioeconômico e ambiental a produto florestal cortado, colhido ou extraído, e a seus resíduos, oriundo de intervenção ambiental autorizada.

§ 1º O aproveitamento de produtos, subprodutos e resíduos florestais oriundos de intervenção ambiental autorizada no Estado poderá ser feito:

I - na mesma propriedade na qual a intervenção ambiental foi autorizada, de todas as formas previstas nos incisos XX e XXIX do art. 2º, admitida a incorporação ao solo dos produtos florestais in natura;

(...)

Portanto, verifica-se a previsibilidade da destinação do material lenhoso oriundo da supressão requerida em conformidade com os dispositivos legais pertinentes.

6.2.3 Da Compensação Ambiental Florestal

Em razão da intervenção requerida, incide respectiva compensação ambiental, a qual se trata de proposta de compensação florestal apresentada pelo requerente à luz das argumentações técnicas trazidas **no itens 5 e 8 do Parecer Técnico**, onde se conclui que a mesma atende aos requisitos impostos pela legislação ambiental em vigor, em especial ao que dispõe o art. 26, do Decreto Federal 6.660, de 21 de Novembro de 2008, pelo fato de se amoldar aos requisitos de proporcionalidade de áreas, localização e, ainda, às mesmas características ecológicas, como se observa da explanação a seguir:

1 - Com relação à **proporcionalidade de área**, a extensão territorial oferecida pelo empreendedor a fim de compensar a supressão realizada é superior ao mínimo exigido pela legislação federal, atendendo, inclusive, o percentual proposto pela Recomendação N° 005/2013 lavrada pelo Ministério Público de Minas Gerais e pelo art. 48, do Decreto Estadual nº 47.749/19, que estabelecem para cada hectare de supressão, a compensação florestal na proporção do dobro da área a ser desmatada. Em números concretos, os estudos demonstram que serão suprimidos, no Bioma Mata Atlântica, um total de **0,3682 ha**, sendo ofertado a título de compensação ambiental florestal uma área de **0,7365 ha** (Parecer, item 8), localizada em uma propriedade rural denominada *Gleba A*, matrícula nº 17.732 (Doc. 53906080) oriunda do desmembramento da matrícula nº. 7.059 (Doc. 44367250), localizada no mesmo Município da intervenção, além do percentual de 30% de preservação no próprio lote urbano, exigido pelo art. 31, §1º, da Lei nº 11.428/06. Logo, critério quanto à proporcionalidade de áreas atendido.

2 - Quanto à **conformidade locacional** (localização), a proposta está conforme, haja vista que a mesma está sendo proposta no mesmo município da intervenção e na mesma microbacia Hidrográfica do Córrego do Cadete, pertencente à Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (UPGRH PJ1), atendendo, portanto, ao art. 49, I, do Decreto Estadual nº 47.749/19, a saber:

Art. 49. Para fins de cumprimento do disposto no art. 17 e no inciso II do art. 32 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, o empreendedor deverá, respeitada a proporção estabelecida no art. 48, optar, isolada ou conjuntamente, por:

I - destinar área, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica de rio federal, sempre que possível na mesma sub-bacia hidrográfica e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei Federal nº 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo município ou região metropolitana, em ambos os casos inserida nos limites geográficos do Bioma Mata Atlântica;

(...)

3 - No que se refere à **característica ecológica**, a fitofisionomia da área intervinda é composta de Floresta Ombrófila Mista, sendo que a da área destinada à compensação florestal se constitui de Floresta Ombrófila Alto Montana, conforme informado no Parecer Técnico, que além da vistoria *in loco*, também utilizou da Plataforma IDE SISEMA, portanto se amoldando ao art. 50, do Decreto Estadual 47.749/19, a saber:

Art. 50. Entende-se por área com mesmas características ecológicas, área inserida nos limites geográficos do Bioma Mata Atlântica, com similaridade de estrutura vegetacional, conforme características de fitofisionomia, estágio sucessional, riqueza de espécies e endemismo, podendo ser considerado o ganho ambiental no estabelecimento da área como protegida, quando for inviável o atendimento de algumas destas características.

Logo, critério atendido.

4 - No que tange à **modalidade da compensação florestal** através da destinação de área para a conservação florestal, temos que está conforme o art. 26, I do Decreto Federal Nº 6.660/08, senão vejamos:

Art. 26. Para fins de cumprimento do disposto nos arts. 17 e 32, inciso II, da Lei no 11.428, de 2006, o empreendedor deverá:

I - destinar área equivalente à extensão da área desmatada, para conservação, com as mesmas características ecológicas, na mesma bacia hidrográfica, sempre que possível na mesma microbacia hidrográfica e, nos casos previstos nos arts. 30 e 31 da Lei no 11.428, de 2006, em áreas localizadas no mesmo Município ou região metropolitana;

(...)

Nesta mesma senda, a Portaria IEF nº 30, de 03 de fevereiro de 2016, art. 2º, III, §4º, estabelece que o empreendedor poderá destinar área para a conservação, senão vejamos:

Art. 2º - A compensação ambiental decorrente do corte ou da supressão de vegetação nativa pertencente ao bioma Mata Atlântica implica na adoção das seguintes medidas, à critério do empreendedor:

I – Destinação de área para conservação com as mesmas características ecológicas, localizada na mesma bacia hidrográfica e, sempre que possível, na mesma microbacia hidrográfica e, para os casos previstos nos art. 30 e 31 da Lei nº 11.428/2006, em áreas localizadas no mesmo município ou região metropolitana;

(...)

Destarte, o gestor do processo informa, no Parecer Técnico, que a modalidade ofertada pelo requerente é a destinação de área para conservação, mediante instituição de servidão perpétua a ser averbada à margem do Matrícula do imóvel, para o cumprimento da compensação ambiental necessária à intervenção. O projeto de compensação florestal foi aprovado pelo gestor do processo.

6.3 Da Competência Autorizativa

O art. 31 da Lei Federal nº 11.428/06, já retrocitado, estabelece a competência do Estado para autorização de intervenção localizada dentro dos limites do Bioma Mata Atlântica em vegetação no estágio médio de regeneração, para fins de parcelamento do solo.

Por sua vez, o Decreto Estadual nº 46.953/2016 estabelece a competência da *Unidade Regional Colegiada do COPAM* (URC/COPAM) para a decisão da intervenção e compensação quando localizadas no Bioma Mata Atlântica e desde que a vegetação se encontre em estágio médio de regeneração e se localize dentro das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, senão vejamos:

Art. 9º – As URCs são unidades deliberativas e consultivas encarregadas de propor e compatibilizar, no âmbito de sua atuação territorial, as políticas de conservação e preservação do meio ambiente e para o desenvolvimento sustentável, competindo-lhes:

(...)

IV – decidir sobre os processos de intervenção ambiental, nos casos em que houver supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica e em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade de empreendimentos não passíveis de licenciamento ambiental ou passíveis de licenciamento ambiental simplificado;

(...)

VIII – aprovar, ressalvado o disposto no inciso XIV do art. 13, a compensação ambiental de que trata a Lei Federal nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, referente aos processos mencionados no inciso IV;

(...)

O Parecer Técnico no **item 4.1**, informa que de acordo com a Plataforma IDE SISEMA, o local da intervenção está dentro de área delimitada pela *Fundação Biodiversitas* como prioritária para a conservação da natureza, mais especificamente em **área especial**.

"A *Fundação Biodiversitas* é uma organização não governamental sediada em Belo Horizonte/MG que promove ações de caráter técnico-científico no Brasil desde 1989, é um centro de referência no levantamento e aplicação do conhecimento científico para a conservação da diversidade biológica. Os projetos desenvolvidos pela Fundação visam a interação entre o meio ambiente e o ser humano, buscando meios de conciliar a conservação da natureza e o desenvolvimento econômico e social" (Disponível em: <<http://www.biodiversitas.org.br/fb/>>).

Destarte, como a área de intervenção ambiental está localizada dentro dos limites da **área prioritária especial** para a conservação da biodiversidade, a competência para a autorização da supressão pretendida é da URC/COPAM.

6.4 Da Aprovação dos Estudos Técnicos e da Possibilidade Jurídica

A gestora do processo, Analista Ambiental vistoriante, foi favorável às intervenções requeridas, aprovou os estudos técnicos apresentados, indicou medidas mitigadoras e compensatórias, inclusive no que se refere à identificação da fauna e respectivas técnicas de afugentamento para fuga espontânea e, ainda, verificou a inexistência de alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto.

Face ao acima exposto, verifico que o pedido é juridicamente possível, não encontrando óbice à autorização.

A competência para a decisão é da URC/COPAM, conforme Decreto Estadual nº 46.953/2016.

Sendo aprovado o pedido, deverá ser firmado Termo de Compromisso de Compensação Florestal - TCCF, referente à compensação florestal pelo empreendedor, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados da decisão e deverá ter seu extrato publicado no Diário Oficial do Estado, por parte do requerente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados de sua assinatura.

Caso o empreendedor ou requerente não assine o Termo de Compromisso de Compensação Florestal nos prazos estipulados, o IEF expedirá notificação ao interessado, para que no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento da mesma, proceda à assinatura e publique o termo no Diário Oficial do Estado, sob as penas da legislação aplicável, sob pena de solicitação das providências cabíveis à Presidência do COPAM.

As medidas mitigadoras e compensatórias deverão constar no DAIA.

Deverá ser recolhida a Reposição Florestal antes da expedição da Autorização Ambiental.

Conforme Decreto Estadual nº 47.749/2019, o prazo de validade do DAIA deverá ser de 3 (três) anos.

7. CONCLUSÃO

Após análise técnica e controle processual das informações apresentadas, e, considerando a legislação vigente, opinamos pelo **DEFERIMENTO INTEGRAL** do requerimento de intervenção ambiental, sendo intervenção ambiental com supressão de cobertura vegetal nativa, com destaca, para uso alternativo do solo, em uma área de 0,3682 ha , coordenadas (UTM) 395.043 / 7.470.459, situada na propriedade (lote urbano) localizado na Rua Gemini, lote 26-A, Q-D, Loteamento Jardim das Montanhas, distrito de Monte Verde, município de Camanducaia, com rendimento de 19,04 m³ de lenha nativa, e 146,17 m³ de madeira nativa que terá uso interno no imóvel/empreendimento.

8. MEDIDAS COMPENSATÓRIAS

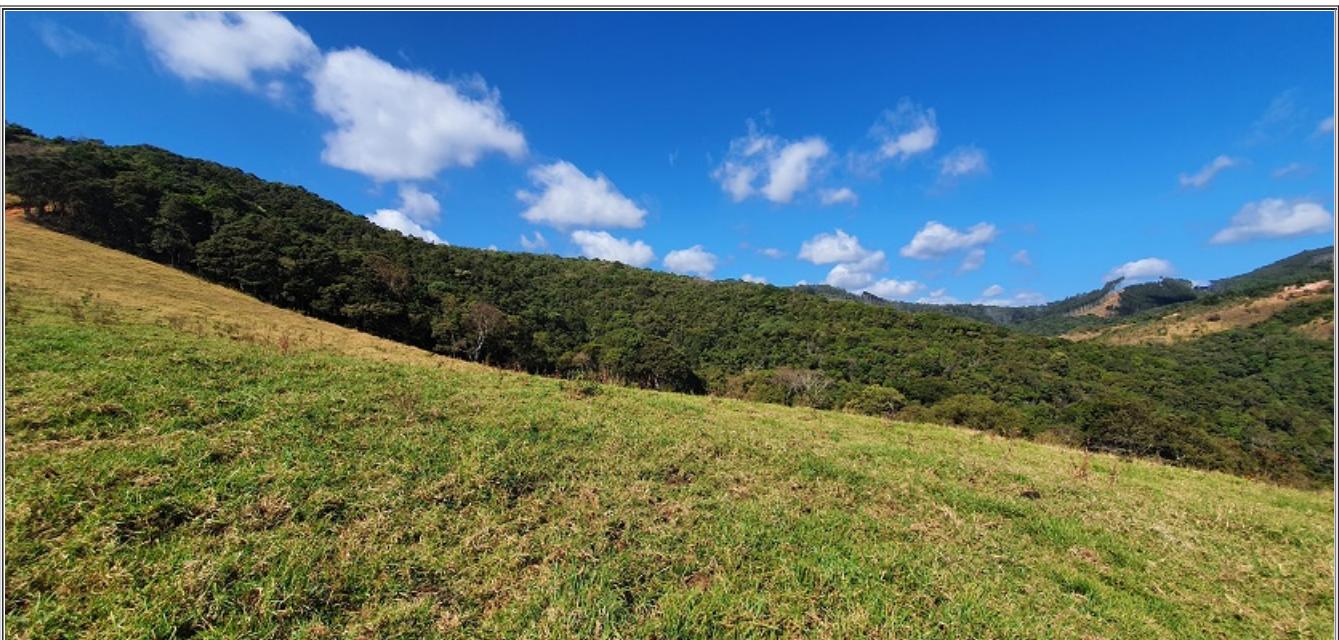
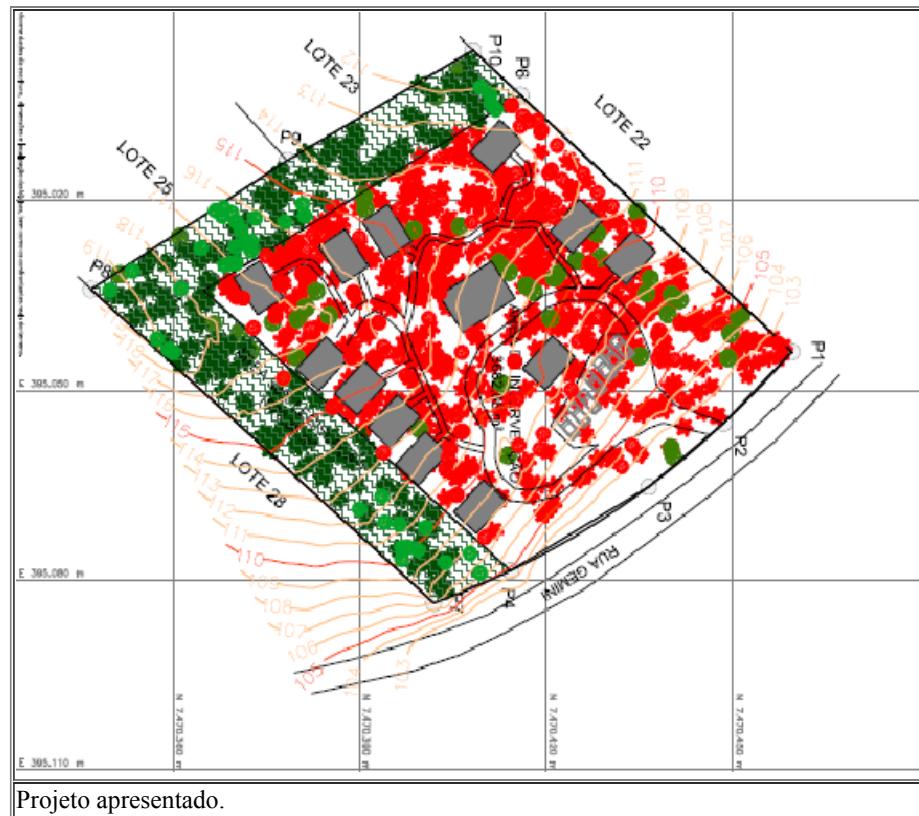
A compensação florestal deve ser na proporção de duas vezes a área suprimida, na forma do art. 49 do Decreto 47749/2019. O empreendimento em questão apresenta área de intervenção de 0,3682 ha (3.682 m²) em vegetação nativa de Mata Atlântica, logo a compensação será de 0,7365 ha (7.365 m²).

A referida compensação ocorrerá por meio de destinação de área para conservação fora do lote, nas coordenadas UTM 387.940 / 7.480.340 (imagens abaixo), com as mesmas características ecológicas segundo inventário florestal de similaridade florística apresentado pelo engenheiro florestal João Paulo Andrade Azevedo Registro RJ2008121510D MG, ART Obra/Serviço Nº MG20221085228. A área em questão está localizada no bairro do Pinho em Camanducaia, e está situada na mesma bacia hidrográfica (Piracicaba Jaguari) do lote no distrito de Monte Verde.

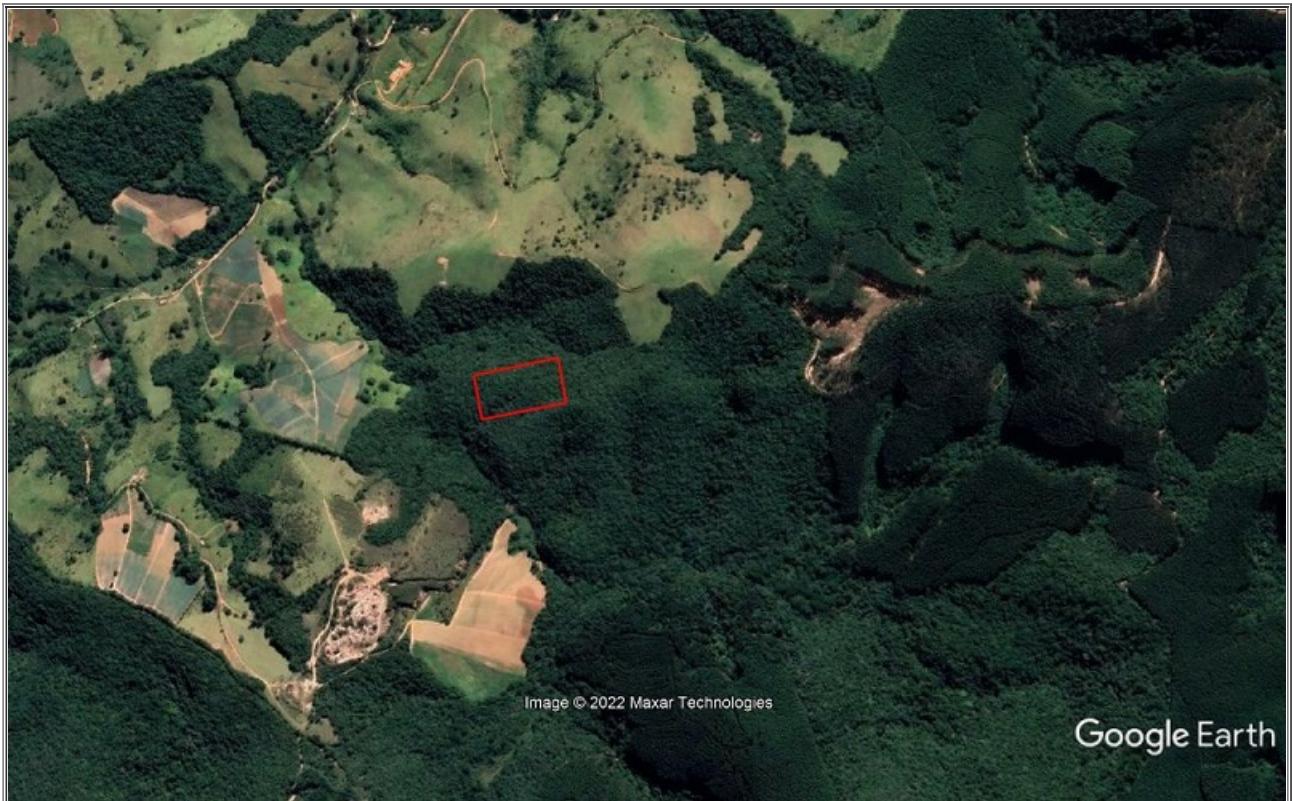
A área que será destinada à servidão ambiental não se encontra em área de preservação permanente ou de reserva legal da propriedade, e está recoberta por Floresta Ombrófila Alto Montana segundo o inventário apresentado.

Ainda, foi disponibilizado como área a ser conservada a área remanescente com cobertura vegetal nativa de 0,1578 ha (1.578m²), nas coordenadas UTM 7.470.346,82 / 395.034,02, equivalente a 30% do lote, situada no interior do lote na Rua Gemini, lote 26-A, Q-D, Loteamento Jardim das Montanhas, Distrito de Monte Verde, Camanducaia/MG.

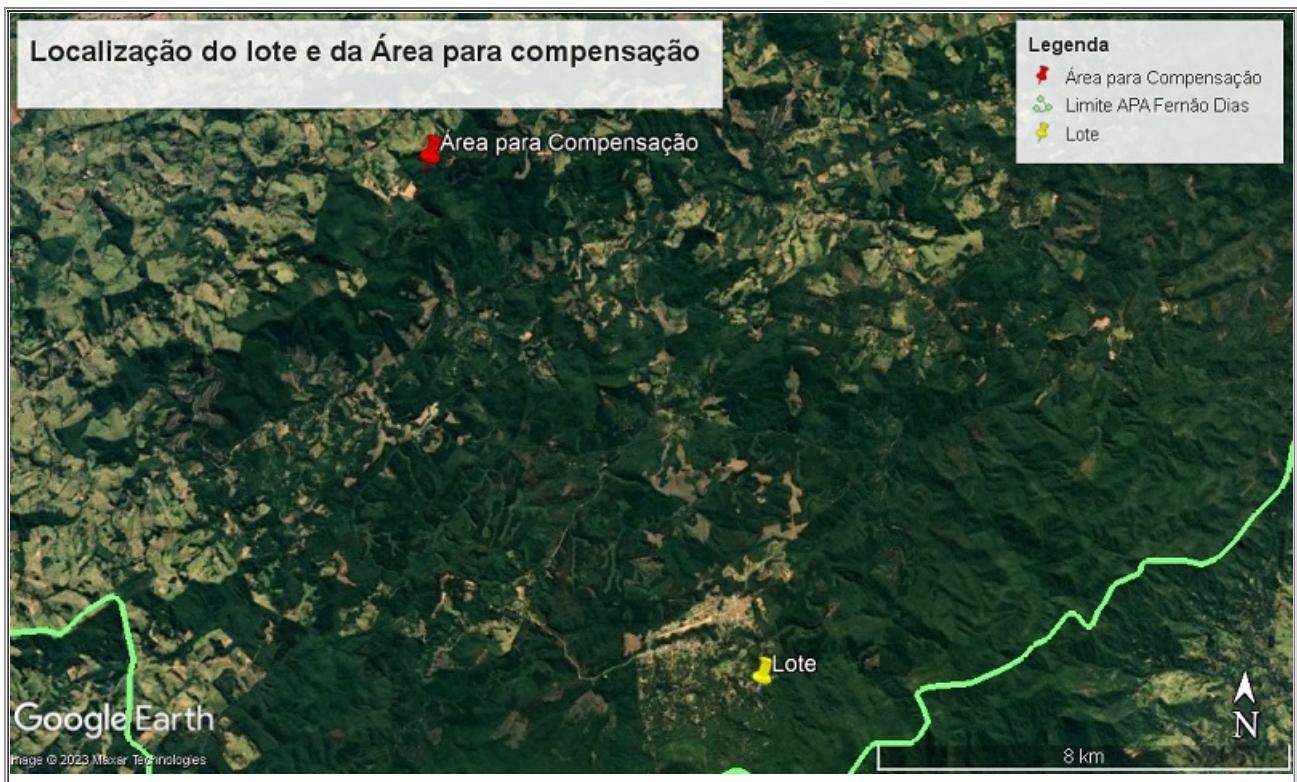
Abaixo ilustração da configuração da obra, indicando área remanescente/conservação no interior do lote e área de compensação em propriedade no bairro do Pinho (Camanducaia/MG).



Vista da área de mata destinada à compensação no bairro do Pinho, Camanducaia/MG.



Vista da propriedade destinada à compensação ambiental, no Google Earth.



8.1 Relatório de Cumprimento de Condicionantes: não se aplica.

9. REPOSIÇÃO FLORESTAL

Forma de cumprimento da Reposição Florestal, conforme art. 78, da Lei nº 20.922/2013:

Recolhimento a conta de arrecadação de reposição florestal

Formação de florestas, próprias ou fomentadas

Participação em associações de reflorestadores ou outros sistemas

10. CONDICIONANTES

- Realizar as obras em época de estiagem, a fim de reduzir o risco de carreamento de partículas sólidas para os cursos d'água causando assoreamento.
- Não fazer o uso do fogo.
- Preservar as áreas remanescentes (não realizar a limpeza do sub-bosque e não gramar).
- Somente realizar o corte dos indivíduos arbóreos após inspeção detalhada, e caso seja encontrado algum tipo de abrigo ou ninho de fauna, realizar o corte da árvore apenas no período de descanso reprodutivo da espécie de fauna.
- Realizar a colheita de sementes das árvores, que se encontram em época de frutificação, a serem suprimidas e encaminhar para viveiros de mudas de espécies nativas (poderá ser entregue na Sede da APA Fernão Dias).
- Retirar dos indivíduos arbóreos, antes da supressão, plantas epífitas, transportando-as para as outras árvores que não serão cortadas dentro do lote.
- Adotar técnicas de afugentamento para fuga espontânea da fauna através de supressão de vegetação nativa de forma sequencial iniciando com a limpeza/remoção de sub-bosque, com instrumentos como foice e facão, seguida de retirada com motosserra (cortes de troncos, empilhamento, remoção da galhada) e somente depois, quando necessário, a intervenção ambiental poderá ser efetuada com uso de maquinário removendo galhadas restantes e folhagens, assim como destoca e revolvimento de terra para limpeza, sendo que animais da fauna visualizados devem ser direcionados à área de escape (área de vegetação nativa com conectividade próxima a intervenção).
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo, tais como: cordões de contorno, terraceamento, plantio de grama, de forma a minimizar o assoreamento dos recursos hídricos.
- Destinação adequada dos rejeitos produzidos na área, evitando que os mesmos venham a permanecer dispersos pelo empreendimento.
- Reabilitação total da área do empreendimento após término das atividades e recomposição paisagística.
- Evitar o acesso do gado à área onde será realizada a compensação ambiental.
- Marcar os indivíduos de Araucária (*Araucaria angustifolia*) presentes na área com fita visível antes de início do corte.

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório fotográfico do cumprimento das etapas da intervenção ambiental, começando pela roçada, seguido do corte com motosserra e por fim o uso de maquinário, assim como da preservação dos indivíduos de Araucária (<i>Araucaria angustifolia</i>).	Após a finalização da supressão conforme cronograma de execução.
2	Apresentar o TCCF (Termo compensação Mata Atlântica) averbado junto a matrícula do imóvel.	Até 90 dias após emissão da autorização.
3	Demarcação da área autorizada pelo Responsável Técnico, antes de inicio da supressão, assim como da área disponibilizada como área a ser conservada de 30% da cobertura vegetal nativa, 0,1578 ha (1.578m ²), situadas no interior do lote lote 26-A, Q-D, Rua Gemini, Loteamento Jardim das Montanhas, Distrito de Monte Verde, Camanducaia/MG., conforme levantamento planialtimétrico georreferenciado apresentado/planta topográfica.	Antes do início da supressão.
4	Demarcar os indivíduos de Araucária (<i>Araucaria angustifolia</i>) presentes na área com fita visível antes de início do corte.	Antes do início da supressão.
5	A destinação de área para conservação, mediante instituição de servidão florestal, em 0,7365 ha (7.365 m ²) de cobertura vegetal nativa (Mata Atlântica), coordenadas UTM 387.940 / 7.480.340, em propriedade localizada no bairro do Pinho, município de Camanducaia/MG (matrícula nº. 17.732, Comarca de Camanducaia), descritas no Inventário Florestal de Similaridade Florística de responsabilidade do Engenheiro Florestal João Paulo Andrade Azevedo, CREA nº MG 2008121510, ART de Obra ou Serviço nº. MG20221085228.	Durante a implantação do empreendimento.
6	Obtenção do Alvará de Construção junto ao município, ente federativo responsável pela verificação do cumprimento das condições estabelecidas na Lei Federal n. 6.766/1979.	Antes do início de qualquer intervenção no lote.

* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.

INSTÂNCIA DECISÓRIA

() COPAM / URC () SUPERVISÃO REGIONAL

RESPONSÁVEL PELO PARECER TÉCNICO

Nome: Raquel Junqueira Costa

MASP: 1146815-4**RESPONSÁVEL PELO PARECER JURÍDICO****Nome: Ronaldo Carvalho de Figueiredo****MASP: 970508-8**

Documento assinado eletronicamente por **Raquel Junqueira Costa, Servidor (a) Público (a)**, em 23/03/2023, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ronaldo Carvalho de Figueiredo, Coordenador**, em 24/03/2023, às 08:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **60973565** e o código CRC **EE04AA42**.